

A DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS DAS IFES DA REGIÃO SUL DO BRASIL EM *WEBSITES*¹

Eliseu dos Santos Lima

Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.
eliseudsl@yahoo.com.br

Daniel Flores

Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.
dfloresbr@gmail.com

Resumo: o artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). A pesquisa tem por objetivo analisar a utilização de *websites* na divulgação do patrimônio documental custodiado pelos setores de arquivo das universidades federais da região Sul do Brasil. A partir dos resultados obtidos na primeira fase da investigação, pode-se afirmar que os setores de arquivo estão consolidados nas universidades, uma vez que a maioria das instituições possui setores de arquivo constituídos, com arquivistas em seus quadros de pessoal para atender as demandas de gestão documental. Entretanto, mesmo com esse panorama, ainda são poucos os arquivos universitários que fazem uso de *websites* para disponibilizar informações sobre o setor e sobre seus acervos na *internet*, mesmo após quinze anos da publicação das “Diretrizes para construção de *websites* de instituições arquivísticas” e quatro anos da implantação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Isso demonstra que ainda há grandes desafios na implementação de páginas *web* para os setores de arquivo das universidades, o que interfere na possibilidade de ampliação de acesso ao patrimônio documental dessas instituições.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Patrimônio Documental. Arquivologia. *Websites* de Instituições Arquivísticas. Arquivos Universitários.



¹ O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada “*Websites* de instituições arquivísticas: a divulgação do patrimônio documental dos arquivos universitários das IFES da região Sul do Brasil” que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPPC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

1 INTRODUÇÃO

As instituições públicas têm o dever de disponibilizar à sociedade os seus serviços e suas atividades, como forma de atender às suas expectativas e para que haja maior transparência em suas ações. Com a publicação da Lei de acesso à informação (lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), as instituições públicas passaram a ter maior visibilidade, uma vez que todas as suas ações precisam estar acessíveis aos cidadãos, que cada vez mais cobram dos governos o andamento de suas atividades, procurando acompanhar as despesas, ações, projetos e programas públicos.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), atualmente vêm recebendo atenção especial no que concerne à normatização das atividades arquivísticas, tanto que duas importantes portarias foram publicadas ultimamente com esse intuito. A portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, instituiu normas sobre a manutenção e a guarda do acervo acadêmico das instituições de educação superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, enquanto que a portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, determinou a obrigatoriedade do uso do código de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades-fim das IFES.

Nesse sentido, os arquivos das IFES necessitam estar alertas para esse momento oportuno a fim de que suas ações se efetivem e novos serviços possam ser ofertados aos usuários das informações nas universidades.

As universidades federais foram escolhidas como amostra do estudo, por serem instituições de grande relevância no país, e onde atuam boa parte dos profissionais arquivistas, seja na direção, no desenvolvimento e/ou no acompanhamento dos serviços de informação arquivística.

A pesquisa que investiga as páginas *web* de arquivos universitários é relevante, pois os resultados da investigação poderão subsidiar o desenvolvimento e/ou aprimoramento dos sítios dos setores de arquivo analisados.

Dessa forma, a pesquisa pretendeu mostrar como os

arquivos universitários podem utilizar a *internet* como forma de difundir seus acervos e seus serviços, dinamizando o acesso à informação, além de passar outra imagem que não somente aquela ligada a uma instituição de guarda e preservação da memória da universidade. Pois, vale lembrar, que a busca é a atividade mais popular na *web*. Se uma instituição for buscada na *internet* e não for encontrada é como se ela não existisse. Por isso, é impensável que arquivos, museus e bibliotecas ainda não estejam inseridos na rede mundial de computadores, sob pena de ficarem ainda mais invisíveis e obsoletos.

Através da utilização de um *site*, os arquivos das IFES podem aumentar seus canais de comunicação com o público, como a divulgação dos instrumentos de pesquisa, divulgação de eventos, notícias e novidades da área arquivística, além da possibilidade do intercâmbio de informações com setores de arquivo de outras IFES.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a utilização de *sites* na divulgação do patrimônio documental custodiado pelos setores de arquivo de universidades federais da região Sul do Brasil. Como objetivos específicos definiram-se:

- mapear quais são as universidades federais da região Sul do Brasil que possuem setores de arquivo estruturados/consolidados;

- verificar se os setores de arquivo utilizam páginas *web* para divulgar o acervo documental

- identificar quais são os serviços disponibilizados *online*, analisando as diferenças e similaridades entre os serviços oferecidos pelos *sites*;

Como forma de delimitar a aplicação da pesquisa, a realização dessa está focada nas universidades federais da região Sul do país, desconsiderando-se, portanto, os institutos federais de educação tecnológica, pois acredita-se que a maioria desses órgãos ainda não possui arquivista atuando, ou a presença do arquivista é ainda recente, e que essas instituições ainda não possuem setor de arquivo estruturado, por consequência não são divulgadas informações sobre os setores de arquivo em páginas

web. Dessa forma, o problema que se coaduna com a temática da pesquisa é: os arquivos universitários das IFES da região Sul do Brasil estão utilizando *sites* para divulgar o patrimônio documental custodiado, seus acervos, instrumentos normativos e seus serviços?

O desdobramento da pesquisa resultará na elaboração de um documento denominado “Recomendações a serem observadas na construção ou reestruturação de *websites* de arquivos universitários de instituições federais de ensino superior”, colaborando dessa forma para que haja a uniformização na elaboração dos sítios desses setores nesses órgãos.

Nas próximas seções é apresentado o referencial teórico sobre *websites* de instituições arquivísticas, instituições federais de ensino superior e arquivos universitários, como forma de embasar e justificar os objetivos propostos pela investigação. Na sequência são apresentados os resultados preliminares obtidos pela pesquisa, a conclusão e as referências.

2 WEBSITES DE INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Ao tratar sobre a reformulação em que a área arquivística vem passando ao disponibilizar as informações através de páginas *web*, Santos (2010, p. 25) explica que:

Com a inserção das novas tecnologias no contexto informacional, uma das áreas que tem passado por mudanças é a Arquivologia. A conquista de um novo espaço e a expansão da área é influenciada e impulsionada com a criação de *sites* pelas organizações e/ou instituições arquivísticas, as quais buscam se adaptar as novas tendências tecnológicas, bem como adaptação dos serviços oferecidos e disponibilizados à comunidade, visando sua inserção no mundo virtual, e objetivando garantir o acesso e a recuperação das informações arquivísticas, atraindo assim, os usuários remotos.

Dutra, Provedel e Corrêa (2005, p. 1) enfatizam que “esse espaço de comunicação e informação desperta o interesse dos arquivos, de modo que as instituições arquivísticas – querendo se fazer presentes além de suas fronteiras físicas – criam seus *websites* colocando à disposição dos usuários informações e serviços *online*”.

Santos (2010, p. 28) afirma que “apesar dos constantes desafios e problemas as instituições arquivísticas brasileiras estão conquistando novos espaços, um exemplo disso são os *websites*, o que tornam essas instituições mais visíveis e passíveis de transformações”.

Quanto à relevância do trabalho de desenvolvimento de um *site* e o trabalho prestado fisicamente pela instituição arquivística, Oliveira e Matos (2011, p. 6) entendem que:

Os espaços virtuais das instituições arquivísticas potencializam-se cada vez mais como uma plataforma para a promoção de seus repositórios (aumento da visibilidade e reconhecimento institucional), compartilhamento de informações sobre coleções e alcance do potencial de novos usuários. Isso não significa que a instituição arquivística física tenha a sua finalidade reduzida, ganha nova dimensão, uma expansão no quesito acesso e recuperação de documentos e informações via rede e, portanto, na forma como se relacionam com os usuários.

Nesse sentido, Laux (2010, p. 35) chama a atenção para o fato de que “um *website* deve ser atraente, relevante e atualizado para atrair visitas e ajudar a promover a instituição”. De acordo com a autora, os arquivos precisam mudar sua forma de atuação, adotando novas metodologias para ampliar e melhorar sua presença na *web*, visando à divulgação e promoção de suas instituições.

Oliveira e Matos (2011, p. 8) nessa mesma linha entendem que “as instituições arquivísticas terão que se renovar, adequando sua missão para a nova realidade, a dos tempos da cultura participativa, cada vez mais disseminada na *web*”.

Conforme Ohira, Schenkel e Silveira (2003, p. 14) “*Home pages* são criadas pelas instituições arquivísticas que querem divulgar sua imagem, seus serviços e seus produtos e mudar seu padrão de relacionamento com o público”.

Porém, Laux (2010, p. 36) chama a atenção para o fato de que “os *websites* são úteis para promover os arquivos e se comunicar com seus públicos e não simplesmente marcar presença neste novo ambiente”.

Nesse sentido, Sá (2005, p. 108) acredita que “não basta organizar o acervo e deixá-lo sob a guarda de uma instituição”. Segundo a autora, é importante prover o acesso às informações arquivísticas e, uma das formas de disponibilizá-las é através dos serviços de informação arquivística tanto os tradicionais como os virtuais.

A autora observa ainda que, “por estarem disponíveis na *internet* podem alcançar um número maior de usuários do que os serviços de informação arquivística tradicionais onde o usuário necessita consultar o acervo *in loco*” (SÁ, 2005, p. 108).

Por outro lado, Pozzebon (2011, p. 22) enfoca que “este espaço virtual deve possibilitar a comunicação entre a instituição e usuários já consolidados, bem como outros que venham a ser atraídos, e que dificilmente procurariam o espaço físico da instituição”.

Nesse sentido, Mariz (2012, p. 146) enfatiza que:

O *site* de uma instituição arquivística oferece os serviços já existentes no local, total ou parcialmente, além de sugerir novas possibilidades às instituições arquivísticas, que vão se somar às já existentes. Amplia o universo dos usuários, alcança um público muito maior, permitindo que façam pesquisas no acervo de instituições arquivísticas de lugares onde nunca estiveram. Esse novo espaço informacional exige ações voltadas para atender às demandas produzidas pelos usuários da rede.

A ideia de Nascimento (2012, p. 2) também se relaciona com a da autora quando afirma que “a disponibilização das

informações arquivísticas em espaços virtuais passa a adquirir significado quando se aponta para a grande visibilidade que os arquivos poderão alcançar”.

Sá e Santos (2004, p. 5) afirmam que através dos serviços de informação arquivística na *web*,

é possível ampliar a disseminação e o acesso às informações sobre os acervos arquivísticos, tornando mais fácil a pesquisa e alcançando um número maior de usuários. Pode-se dizer, que uma das grandes vantagens de se disponibilizar serviços de informação arquivística *web*, é que o usuário não precisa se deslocar até o arquivo para saber se ele irá encontrar determinada informação.

Mariz (2012, p. 107) também chama a atenção para esse assunto, quando indica que:

A importância da apresentação de informações sobre o acervo nos *sites* reside no fato de esta determinar a ida ou não do usuário ao arquivo. Se este divulga seus fundos, que tipos de documentos contém, assuntos e datas-limite, permite que o usuário tenha uma informação preliminar sobre o acervo, o que faz com que ele possa decidir sobre as vantagens e desvantagens de sua ida ao arquivo.

Ao retratar o atual paradigma da presença das instituições arquivísticas na *internet*, Mariz (2011, p. 122) afirma que:

De um modo geral, os *sites* das instituições arquivísticas brasileiras ainda apresentam-se com a estrutura dos documentos anteriores, em papel. Os guias de arquivo, os catálogos, inventários, os instrumentos de pesquisa de um modo geral e, em muitos casos, os próprios documentos, são digitalizados e disponibilizados em PDF (*Portable Document Format*) [...] No entanto, essa alternativa revela que, em muitos casos, as instituições arquivísticas brasileiras ainda não estão se beneficiando das vantagens e dos recursos que a *internet* permite.

Dutra, Provedel e Corrêa (2005) também indicam que as instituições arquivísticas se fazem presentes na *internet* por meio de seus *sites*, mas muitas vezes sem planejamento adequado, criando assim um folder institucional, só que em formato eletrônico, ou seja, um instrumento que não oferece serviços potenciais aos usuários.

Conforme Mariz (2012, p. 148) “apesar das suas limitações, as instituições arquivísticas brasileiras estão cada vez mais criando seus *sites*. Esse crescimento é importante e deve ser incentivado, mas esse recurso deve melhorar, aumentando a oferta e a qualidade dos serviços prestados através da rede”.

A autora afirma que a situação em que se encontram os arquivos “tende a se refletir em seus *sites* na *internet*. Ainda que o meio seja outro, não existe condição de mudar a qualidade do serviço. Se os arquivos não estão organizados, não podem ser disponibilizados na sala de consulta nem tampouco na *internet*.” (MARIZ, 2012, p. 146).

Segundo Mariz (2011) um bom trabalho de divulgação na *internet* depende em primeiro lugar do acervo, da boa organização e da boa recuperação da informação, do acesso legal, físico e intelectual. Ou seja, não é suficiente ter uma boa estrutura de tecnologia da informação se a instituição não estiver bem estruturada nos outros aspectos. E complementa, indicando que:

[...] a apresentação do *site* deve possibilitar o uso eficiente e ser visualmente adequada. Os aspectos em relação ao conteúdo e à forma são importantes e complementares. Não é suficiente ter informações relevantes se o acesso é difícil, assim como não basta que o *site* seja bem estruturado, com muitos recursos, se as informações deixam a desejar. (MARIZ, 2012, p. 148)

Doutra parte, Menezes, P. (2012, p. 66) explica que “o *site* não deve ser apenas bonito, mas sim funcional, aumentando as chances de converter um usuário potencial em usuário real”. Pois, para a pesquisadora, possuir uma página na *web* que cumpra o papel de facilitar o acesso às informações é o indicado aos profissionais da informação.

Na opinião de Pozzebon (2011, p. 24) “os esforços devem ser direcionados à atualização constante das páginas, de maneira que as informações possam ser acessadas com segurança e os usuários se sintam valorizados”. Pois, “os *sites* acessados podem não estar mais disponíveis pouco tempo depois, no todo ou até mesmo em parte. Não é o que se espera de um *site* de instituição arquivística pública” (MARIZ, 2012, p. 149).

Santos (2010, p. 22) afirma que “os desafios surgem principalmente em decorrência do fator de que no meio virtual os conteúdos arquivísticos que são disponibilizados nos *sites* de organizações e instituições devem contemplar os conceitos de arquivo, suas atribuições, além da missão, visão, valores da instituição a qual o arquivo está inserido”.

As *home pages* das instituições na visão de Menezes, P. (2012) constituem o cartão de visitas das instituições e o meio utilizado pelos usuários virtuais para se aproximarem, portanto, devem apresentar informações atualizadas e se possível parte do acervo digitalizado para consulta *online*, o que contribui para a preservação dos documentos originais.

Informações como endereço e telefone, para Mariz (2012, p. 104) “são importantes na medida em que a maior parte das pesquisas ainda é feita de forma presencial, na sala de consulta dos arquivos”. Portanto, como indica a autora, informar como se chega até a instituição é imprescindível, pois a divulgação sobre a instituição arquivística que não ensina como se chega a ela é incompleta e não se efetiva.

Dutra, Provedel e Corrêa (2005, p. 6) lembram que “é importante que a instituição divulgue quem é o responsável pelo conteúdo do *website*, e também um endereço para contato, pois confere credibilidade ao *website*”.

Menezes, P. (2012) indica que no meio arquivístico, a disponibilização dos acervos *online*, facilita o acesso, atingindo um público maior, além de ampliar o atendimento aos pesquisadores, constituindo-se em uma ferramenta facilitadora da difusão.

Por outro lado, a pesquisadora afirma que “é mister saber que o acervo deve receber todas as fases de tratamento antes que seja disponibilizado na *web*, permitindo assim o máximo de proveito deste meio.” (MENEZES, 2012, p. 58).

O objetivo maior de uma instituição fazer uso de uma página *web* para a divulgação das informações orgânicas registradas é atingir os cidadãos comuns “para que estes percebam o arquivo como componente essencial no desenvolvimento da cidadania, na busca por ações transparentes da esfera pública e na preservação da identidade e da memória cultural.” (NASCIMENTO, 2012, p. 2).

2.1 As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES

Para entender a importância e o papel das universidades públicas federais no país, Menezes, J. (2012, p. 63) afirma que é importante:

relembrar o surgimento dos primeiros cursos técnicos e superiores no Brasil. Seu início se deu há cerca de 300 anos após a chegada dos portugueses ao país. Ao contrário das universidades européias, o ensino superior no Brasil começa a ser criado por volta das primeiras décadas do século passado.–

O autor indica ainda, que as universidades públicas federais no Brasil possuem uma história recente. “Elas são testemunhas de muitas lutas, de importantes avanços científicos e tecnológicos e transformações políticas e econômicas, pelas quais passaram o país.” (MENEZES, J., 2012, p. 62).

O portal e-MEC² informa que “de acordo com sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior se dividem em universidades, centros universitários ou faculdades. [...]”. Ainda, segundo o portal, em relação à categoria administrativa, essas instituições podem ser públicas (vinculadas ao governo federal, estadual ou municipal) ou privadas.

² Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>

Em estudo realizado por Silva (2012), o Brasil possuía cerca de 55 instituições federais de ensino superior, e aproximadamente 20 institutos federais de ciência e tecnologia.

Atualmente, conforme informações disponíveis no portal do MEC, existem no Brasil 62 universidades federais, porém, nesse levantamento não constam duas universidades: Universidade Federal Rural do Semi-Árido e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ambas fundadas no início da década de 1970. Portanto, o total de IFES é 64.

No que se refere ao quantitativo de institutos federais, a seção “expansão da rede federal³” na página *web* da Rede Federal Profissional e Tecnológica informa que existem 38 institutos federais.

A missão das universidades federais engloba o ensino, a pesquisa e a extensão enquanto atividades-fim, sendo que “as Instituições Federais de Ensino Superior estão subordinadas como órgãos da administração indireta ao Ministério da Educação.” (SILVA, 2012, p. 1).

Menezes, J. (2012) explica que as universidades públicas federais no país, desde sua criação, assumiram um papel social preponderante e muito importante para o desenvolvimento de ações capazes de contribuir para o crescimento e sustentabilidade da sociedade na qual está inserida. O autor infere ainda que:

A missão institucional de uma universidade pública federal, implementada através do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tem como objetivo estabelecer metas e prioridades para que essa relação se cumpra. Ela é a declaração do seu propósito e do seu papel nesta sociedade, respeitando as suas diferenças e especificidades, tanto no seu contexto territorial como no institucional. (MENEZES, J., 2012, p. 67)

No contexto de criação de instituições federais de ensino superior no país, Menezes, J. (2012) explica que foram criadas

³ Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>

duas importantes universidades na região Sul: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na região Sul do Brasil existem ainda outras nove instituições federais de ensino superior, a saber: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), ambas localizadas no estado do Paraná.

O estado de Santa Catarina conta com duas instituições federais de ensino superior, a já citada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que possui uma estrutura multicampi nos três estados da região Sul, sendo a reitoria localizada na cidade de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina.

O Rio Grande do Sul é o estado da região Sul com o maior quantitativo de instituições federais de ensino, sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo as duas últimas localizadas na cidade de Porto Alegre.

2.2 Os arquivos universitários

Para Bellotto (2014), os arquivos constituem essencialmente fontes de informação, pois resultam da acumulação estruturada e orgânica de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência.

Doutra parte, Santos *et al.* (2010), inferem que os arquivos públicos existem com a função de:

recolher, preservar e organizar os fundos documentais (produzidos e/ou acumulados por instituições no desenvolvimento das suas atividades) originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir aos seus usuários. Desta forma, também devem viabilizar o acesso ao seu acervo mostrando aos usuários seu contexto de produção e o potencial de pesquisa existente. (SANTOS *et al.*, 2010, p. 2)

Ao retratar a relação do arquivo com as universidades, Moreno (2006, p. 91) afirma que essas, “assim como qualquer outra organização, dependem de documentos para seu funcionamento em qualquer nível (acadêmico, administrativo etc.), produzindo um grande volume de massa documental cotidianamente”. Na opinião de Leme (2005), a universidade que,

em geral, possui um grande aparato administrativo necessário para dar suporte operacional às atividades das unidades acadêmicas, produz e acumula diariamente milhares de documentos, não importando o suporte documental, se papel, audiovisual, cartográfico, impresso etc., enfrenta o problema de como realizar a gestão desses registros. (LEME, 2005, p. 3)

As universidades públicas, como afirma Moreno (2006, p. 93), “produzem diariamente um estoque muito grande de informações. Essas informações precisam estar facilmente recuperadas, adequadamente armazenadas, entre outros requisitos, para serem consumidas, utilizadas”.

Com o surgimento das universidades brasileiras nos primeiros anos da década de 1920, como explica Menezes, J. (2012, p. 76), “os arquivos universitários no Brasil começaram a surgir, como locais de guarda da documentação produzida e acumulada nessas instituições”.

Seffrin *et al.* (2003) explicam que iniciativas pioneiras de sistematização e de organização de arquivos universitários brasileiros surgiram na década de 1980, quando as universidades despertaram para as questões da organização e do estabelecimento

dos arquivos acadêmico-administrativos e dos arquivos técnico-científicos denominados como memória da universidade.

Nessa época, como relata Menezes, J. (2012), os arquivos universitários,

começaram a ter grandes conquistas e transformações e a sofrer também a influência dessas mudanças em sua institucionalização. Esse movimento trouxe para as universidades brasileiras trabalhos de melhor qualidade, mesmo com as dificuldades existentes em função do início da implantação do curso de Arquivologia, da falta de normas e padronização, de uma legislação específica, de metodologias e terminologias próprias. (MENEZES, J., 2012, p. 77)

A preocupação com a organização dos arquivos universitários no Brasil é sentida com maior afinco “a partir da realização em 1991, do 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.” (SEFFRIN *et al.*, 2003, p. 2).

Essa perspectiva é retratada também por Moreno (2006) quando afirma que a partir dos anos 1990, observou-se uma alteração significativa em relação aos arquivos universitários. De acordo com a autora, nessa década:

[...] registra-se a iniciativa de algumas universidades brasileiras (como a Universidade de São Paulo e a Universidade de Campinas) que fizeram a implantação de sistemas de arquivos para subsidiar a gestão documental e da informação arquivística da instituição. (MORENO, 2006, p. 95)

Bellotto (2014) informa que a universidade, para que cumpra adequadamente suas funções fundamentais (ensino, pesquisa e extensão), necessita de informações exatas, atualizadas e pertinentes, sejam elas ligadas às suas atividades-fim ou às atividades-meio. A autora explica ainda que:

[...] de outro lado, situa-se o arquivo, significando o grande referencial informativo a organizar, a moldar, a viabilizar as próprias relações administrativas; igualmente, ele significa o referencial/memória apto a oferecer retratos das situações, atos, fatos e comportamentos passados. (BELLOTTO, 2014, p. 74)

Essa visão é também compartilhada por Boso *et al.* (2007, p. 125) quando indicam que a universidade “é destinada a cumprir seu papel de ensino, pesquisa e extensão; por isso há uma grande ligação entre arquivo e universidade; qualquer instituição tem a necessidade de arquivar documentos”. As autoras ao retratarem os vários tipos de arquivos, destacam os universitários e afirmam que estes vêm ganhando importância no Brasil nas últimas décadas.

Um arquivo universitário “é formado pela acumulação dos documentos gerados e/ou reunidos por instituições universitárias, públicas ou privadas, durante seu ciclo de vida.” (BOSO *et al.*, 2007, p. 123). Os arquivos universitários quanto à sua formação, podem ainda conter “além dos documentos gerados pela própria universidade, outros incorporados por aquisição ou doação.” (CARVALHO, 2012, p. 70).

Na visão de Russeau e Couture (1994), os serviços de arquivos universitários exercem um mandato bastante considerável na organização e tratamento dos documentos ativos e semiativos que constituem os arquivos correntes e intermediários. Para Bellotto (2014), a área dos arquivos permanentes das universidades é igualmente válida, pois:

[...] possibilitam eficiência administrativa-acadêmica, informam sobre os procedimentos passados de ensino e de pesquisa; guardam direitos e deveres de professores, alunos e funcionários durante seu tempo de permanência na universidade e mesmo depois dele; finalmente fornecem dados de toda ordem como grande capital de experiência para continuidade institucional da universidade. (BELLOTTO, 2014, p. 76)

Essa perspectiva é também retratada por Leme (2005) quando diz que a universidade além de contar com os documentos dos arquivos para assessorar os administradores com informações que os ajudam a viabilizar a gestão da estrutura administrativa e acadêmica, também prescinde dos documentos de valor permanente e/ou histórico por ela produzidos ou acumulados.

Os arquivos universitários, de acordo com Menezes, J. (2012, p. 77) “contribuem para a busca de soluções de melhorias para o acesso às informações registradas nos documentos, produtos das informações institucionais, contribuindo para seu crescimento de acordo com o seu plano de desenvolvimento estratégico e a sua missão”.

Por outro lado, Moreno (2006, p. 94) acredita que outro grande papel dos arquivos universitários é o “de fornecer aos gestores as informações solicitadas no menor prazo possível e ser a informação para a própria universidade como um todo”.

Os arquivos universitários, portanto, “devem ser responsáveis pela preservação das fontes primárias, os documentos institucionais produzidos e/ou recebidos que atestem as atividades de seus setores e órgãos” (STROHSCHOEN, 2008, p. 9).

Menezes, J. (2012) também acredita que é papel dos órgãos de arquivos universitários tratarem da produção, organização, gestão, segurança e acessibilidade dos conjuntos informacionais, no âmbito de toda organização, tanto nos órgãos administrativos quanto nas unidades acadêmicas. Ao tratar sobre a institucionalização dos arquivos universitários, o autor explica que na grande maioria foi dado um enfoque meramente administrativo, e que:

Suas atividades estão associadas à Administração Superior, às suas unidades acadêmicas e aos seus órgãos. Porém, o apoio às funções pedagógicas, culturais, de ensino, extensão e de pesquisa, objetivo dos arquivos universitários, não são desenvolvidas na grande maioria dessas entidades. (MENEZES, J., 2012, p. 77)

Ao retratar as universidades públicas federais, instituições voltadas para a construção e o desenvolvimento do saber científico, o autor informa ainda que cabe aos arquivos universitários, além de servirem à sua administração, a função de:

[...] servirem de suporte à comunidade acadêmica, através da produção, organização, gestão, segurança e difusão do conhecimento produzido por esses órgãos e unidades acadêmicas (corpo técnico, docente e discente) e registrado nos documentos que compõem o seu patrimônio arquivístico, documentos estes, produzidos e acumulados durante suas atividades, em especial aqueles que registram a produção do conhecimento universitário. (MENEZES, J., 2012, p. 77)

Ao relatar sobre a situação em que se encontram os arquivos universitários, Campo (2004) infere que mesmo diante de instrumentos legais que orientam sobre a avaliação e destinação de documentos da administração pública, percebe-se no Brasil, descaso com os arquivos das universidades públicas e privadas.

Moreno (2006, p. 95) explica ainda que “embora existam iniciativas já consolidadas e em consolidação, ainda é incipiente a gestão documental nos arquivos das universidades brasileiras”.

Santos (1994) também menciona o fato de algumas universidades já terem implantado setores de arquivos em suas estruturas organizacionais com as responsabilidades basicamente voltadas para a documentação de cunho administrativo. De acordo com a autora, “esses setores recebem denominações que variam entre arquivo central, arquivo geral ou simplesmente arquivo, e são geralmente vinculados às administrações centrais” (SANTOS, 1994, p. 79).

A análise dos levantamentos sobre a situação dos arquivos universitários brasileiros em pesquisa realizada por Seffrin *et al.* (2003), permite aferir que:

algumas universidades já possuem seus arquivos organizados, sistemas em pleno funcionamento, porém, essas universidades representam ainda uma minoria no cenário nacional. Nas demais universidades, os arquivos onde são recolhidas as informações orgânicas geralmente não estão providos de metodologias arquivísticas, por vezes, armazenando-se, indiscriminadamente, todos os documentos produzidos, enquanto outras vezes são eliminados documentos sem critério de avaliação, seleção e descarte, correndo-se o risco de perder registros que têm valor permanente, contendo informações de relevância para a administração, ou até mesmo fatos históricos. (SEFFRIN *et al.*, 2003, p. 2).

A ausência de profissionais arquivistas nas IFES, na visão de Menezes, J. (2012) é outro fator agravante da atual situação dos arquivos universitários. Em estudo realizado pelo autor ficou constatado que:

[...] a maioria dessas instituições não possui, em seu quadro, sequer o profissional arquivista, ou possui um número significativamente inferior à demanda de trabalho e ao crescimento da instituição, ou ainda subutilizam o potencial desse profissional na instituição. (MENEZES, J., 2012, p. 80)

Nessa perspectiva, Bellotto (2014) ainda enfatiza que a necessidade de mudança e melhor qualidade para a universidade perpassam pela necessidade de informações suficientes e organizadas para cumprir suas funções essenciais, necessitando, portanto de bons profissionais.

Após a descrição do referencial teórico que justifica a realização da pesquisa, na sequência são apresentados os princípios metodológicos que norteiam o desenvolvimento da investigação.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica é considerada a forma de buscar soluções para problemas, de acordo com métodos pré-

determinados, ou seja, “a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 23).

De acordo com as autoras, uma pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se tem informações para solucioná-lo. Nesse sentido, como indicam Silva e Menezes (2005, p. 20) pesquisar significa “procurar respostas para indagações propostas”.

Com relação ao ponto de vista dos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória de acordo com Gil (2002) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com a finalidade de torná-lo explícito, envolvendo levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Por outro lado, a pesquisa descritiva como indicam Silva e Menezes (2005) visa determinar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo técnicas para a coleta de dados, como questionário e observação sistemática. Neste estudo, será utilizado o formulário, como forma de levantar dados a partir das informações disponíveis nas páginas dos setores de arquivo na *internet* e questionamentos direcionados às IFES via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC).

Quanto à forma de abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, uma vez que os dados coletados serão tratados descritivamente e apresentados em quadros, não se fazendo uso de recursos e técnicas estatísticas, ou seja, os resultados não serão traduzidos em números, pois como afirmam Silva e Menezes (2005), a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas porque é descritiva. De acordo com as autoras, os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente, sendo o processo e seu significado os principais focos de abordagem.

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo apresenta características de pesquisa bibliográfica, que de acordo com Silva e Menezes (2005) é assim constituída quando

elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na *internet*. A investigação assume ainda caráter de estudo de caso, que para Gil (2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

A construção da revisão de literatura foi o pressuposto inicial para subsidiar os objetivos do estudo, apresentando o que já havia sido escrito sobre o tema. Nesse intuito foi levantado referencial teórico que possibilitou a elaboração da revisão de literatura a partir da literatura arquivística publicada no Brasil, artigos arquivísticos publicados em periódicos da área de ciência da informação e em anais de eventos da área arquivística, além de monografias e dissertações que já haviam tratado sobre a temática apresentada. Esse levantamento, relacionado ao tema central do estudo servirá de apoio à metodologia de trabalho e para subsidiar a análise e discussão dos resultados.

Concomitantemente às leituras para construção da revisão de literatura, foi realizada a técnica de fichamento de citações, que de acordo com Silva e Menezes (2005) é a técnica que permite a reunião das informações necessárias e úteis à elaboração do texto da revisão. Para as autoras, o fichamento permite a “identificação das obras lidas, análise de seu conteúdo, anotações de citações, elaboração de críticas e localização das informações lidas que foram consideradas importantes” (SILVA e MENEZES, 2005, p. 42). No fichamento realizado para esta pesquisa, a sistematização das informações ocorreu por meio da reprodução literal das citações selecionadas como importantes, identificando-as de acordo com categorias de assuntos, autores, obras e número de páginas das quais foram retiradas.

A identificação do cenário inicial da pesquisa ocorreu entre os meses de fevereiro e março de 2015, por intermédio de consulta via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Nesse primeiro levantamento questionou-se as onze Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) encontradas em consulta prévia na *internet*, sobre essas possuírem setor de

arquivo, arquivista atuando na instituição e contatos (e-mail e telefone) do responsável pelo setor de arquivo (caso o setor existisse na instituição).

De posse dessas primeiras informações foi realizado novo levantamento entre os meses de março a maio de 2015, novamente via e-SIC para levantar quais setores de arquivo das universidades federais da região Sul possuíam página *web*. Nessa consulta os setores foram questionados sobre possuir página *web* ou disponibilizar informações no sítio ou portal da universidade, e ainda solicitava o encaminhamento do *link* para acesso.

Os resultados obtidos nessa primeira etapa da pesquisa são apresentados no capítulo a seguir.

4 RESULTADOS

Para dar início ao trabalho investigativo, realizou-se uma análise preliminar, através de busca na *web*, para verificar quantas eram as instituições federais de ensino superior da região Sul do Brasil, que se enquadravam nos requisitos da pesquisa (universidades federais). Após esse levantamento constatou-se que a região Sul do Brasil conta com onze universidades federais, sendo elas apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Universidades federais da região Sul do Brasil

Instituição federal de ensino superior	Sigla	Estado
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	PR
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSA	RS
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS
Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Posteriormente, foi realizada consulta via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) do Poder Executivo federal, com cada uma das instituições encontradas na pesquisa prévia, para verificar quais universidades tinham setor de arquivo, quantas possuíam arquivista atuando na instituição e quem era o responsável pelo setor de arquivo. Das onze instituições inicialmente levantadas, nove informaram possuir setor de arquivo, como apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Setores de arquivo das universidades federais da região Sul do Brasil

Instituição	Setor de arquivo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Arquivo Geral
Universidade Federal da Integração Latino Americana	Seção de Protocolo e Arquivo
Universidade Federal de Santa Catarina	Coordenadoria do Arquivo Central
Universidade Federal da Fronteira Sul	Departamento de Gestão Documental
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Coordenação de Arquivo Geral
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Divisão de Arquivos
Universidade Federal de Pelotas	Seção de Arquivo Central
Universidade Federal de Santa Maria	Departamento de Arquivo Geral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Divisão de Documentação

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Essa consulta demonstrou que os setores de arquivo estão estruturados nas universidades como Arquivo Geral, Coordenadoria de Arquivo, Coordenação de Arquivo, Departamento de Arquivo ou de Gestão Documental, Divisão de Arquivo ou de Documentação, Seção de Arquivo Central ou Protocolo e Arquivo. Essa realidade demonstra que as universidades estão instituindo políticas para a gestão dos documentos arquivísticos, o que se reflete na constituição de setores para gerir essas políticas.

Todas as instituições informaram possuir o cargo de arquivista, com exceção da Universidade Federal de Pelotas, que

afirmou não existir o cargo de arquivista no quadro de servidores da instituição. Essa perspectiva demonstra que o serviço público vem priorizando as atividades de gestão de documentos ao ter em seus quadros de pessoal o profissional qualificado para gerir os documentos arquivísticos. O que se confirma pela perspectiva já apresentada por Menezes J. (2012) quando explica que os gestores universitários têm observado que o aumento das atividades da instituição traz automaticamente um significativo aumento da demanda informacional em todas as suas áreas de atuação, e que é fundamental para sua missão ter o profissional arquivista em seu quadro.

O caso da Universidade Federal de Pelotas demonstra haver um descompasso com a legislação em vigor, uma vez que existe formalmente na instituição um setor encarregado pela gestão dos documentos arquivísticos, constituído como Seção de Arquivo Central, embora não tenha em seu quadro de pessoal o profissional arquivista, o que se subentende que outros profissionais vêm desempenhando as atividades de gestão de documentos, em desacordo com o que determina a lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que permite o exercício da profissão de arquivista aos diplomados por curso superior em arquivologia, ou aqueles que na época de publicação da lei comprovaram, pelo menos, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, sendo esses provisionados com o registro de arquivista. Na opinião de Souza (2011, p.51) “somente nestes dois casos reconhece-se a dita lei ao profissional arquivista no Brasil, de maneira que a legislação cria um obstáculo ao impedir o exercício ao profissional sem formação”. Por outro lado, Bellotto (2014) enfatiza que a necessidade de mudança e melhor qualidade para a universidade perpassam pela necessidade de informações suficientes e organizadas para cumprir suas funções essenciais, necessitando, portanto, de bons profissionais.

As duas instituições que não possuíam setor de arquivo até a data de realização da pesquisa eram a Universidade Federal do Paraná, que informou que a área de arquivo estaria sendo estruturada com a chegada de arquivistas para atuar na instituição,

e a Universidade Federal do Pampa, que embora tenha informado não possuir setor de arquivo, indicou que a universidade conta com uma arquivista lotada na Divisão de Protocolo Geral.

Essa perspectiva corrobora com estudo realizado por Seffrin *et al.* (2003) quando indicam que embora algumas universidades já possuam seus arquivos organizados, com sistemas em pleno funcionamento, outras universidades estão desprovidas de metodologias arquivísticas. É o que se constata pela situação apresentada pela Universidade Federal do Paraná e pela Universidade Federal do Pampa, que embora possuam o profissional arquivista em seu quadro, ainda não conseguiram constituir um setor com a responsabilidade de desenvolver e coordenar a política de gestão de documentos arquivísticos nessas instituições. Essa questão talvez se justifique pela constatação de Menezes J. (2012) quando indica que muitas universidades possuem um número de arquivistas inferior às demandas de trabalho, ao crescimento da instituição, ou ainda, pelo fato do potencial desses profissionais ser subutilizado nessas instituições.

Posteriormente a essa etapa foi realizada novamente consulta via e-SIC com cada instituição que informou possuir setor de arquivo, para levantar informações quanto a IFES possuir ou não página *web/site* do setor de arquivo na *internet*. As informações recebidas nesse levantamento são apresentadas a seguir.

Quadro 3 – *Websites* dos setores de arquivo das universidades federais da região Sul do Brasil

Setor de arquivo/instituição	Página ou <i>website</i>
Coordenadoria do Arquivo Central – UFSC	arquivocentral.ufsc.br
Departamento de Arquivo Geral – UFSM	w3.ufsm.br/dag
Departamento de Gestão Documental – UFFS	Informações sobre o setor no sítio institucional, na página da pró-reitoria ao qual está vinculado
Seção de Protocolo e Arquivo – UNILA	Não possui
Coordenação de Arquivo Geral – FURG	Em reestruturação
Arquivo Geral – UTFPR	Não possui
Seção de Arquivo Central – UFPEL	Não possui
Divisão de Arquivos – UFCSPA	Não possui
Divisão de Documentação – UFRGS	Em reestruturação

Fonte: elaboração dos próprios autores.

Nessa consulta, de acordo com as respostas dos responsáveis pelos setores de arquivo, constatou-se que das nove instituições que possuem setor de arquivo constituído, apenas três disponibilizam informações sobre o setor na *internet*, com páginas *web* ativas e atualizadas. O que de certa forma se justifica através da ideia de Mariz (2012) que indica que apesar das suas limitações, as instituições arquivísticas brasileiras vêm criando seus *sites*. Mas, Sá (2005, p.108) alerta que “não basta organizar o acervo e deixá-lo sob a guarda de uma instituição. É de suma importância prover o acesso a essas informações arquivísticas e, uma das formas de disponibilizar essas informações é através dos serviços de informação arquivística tanto os tradicionais como os virtuais”.

Menezes, P. (2012, p.52) também enfatiza que “o arquivo há muito tempo deixou de ser um mero guardião de informações, a difusão de suas atividades, produtos e serviços vem se mostrando essencial na sociedade contemporânea”. Nesse sentido, Portella e Perez (2012, p. 203) indicam que “a difusão de acervos em ambiente virtual contribui para o processo de transferência de informação, conferindo maior visibilidade aos fundos documentais e aos serviços prestados pela instituição”.

Essa etapa da pesquisa demonstrou que embora os setores de arquivo estejam constituídos nas universidades, essa realidade não se reflete na *internet*, uma vez que poucos setores utilizam páginas *web* para divulgar seus acervos e serviços *online*.

Um fato que chamou a atenção nessa etapa, é que após a consulta via e-SIC um dos arquivos universitários retirou a página *web* do setor do ar, respondendo que a mesma estaria em reestruturação. Mariz (2012, p. 149) já havia alertado que “os *sites* acessados podem não estar mais disponíveis pouco tempo depois, no todo ou até mesmo em parte. Não é o que se espera de um *site* de instituição arquivística pública”.

Uma instituição que informou não possuir página *web* do setor de arquivo na *internet*, afirmou que devido ao teor da solicitação, iria apreciar a mesma como sugestão para a criação de

um *site* para o setor de arquivo. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na consulta via e-SIC informou estar com a página da Divisão de Documentação em reestruturação, no entanto, foi localizada em busca na *web* a página do Sistema de Arquivos da UFRGS – SAAUFRGS (ufrgs.br/saaufrgs/divdoc.htm) em que constam informações sobre os acervos e os serviços da Divisão de Documentação da Universidade.

Das quatro instituições que disponibilizam informações sobre os setores de arquivo na *internet*, três desses setores possuem páginas *web* com o domínio da universidade: UFRGS, UFSC e UFSM. A UFFS disponibiliza informações sobre o Departamento de Gestão Documental no sítio institucional, no espaço da Pró-Reitoria de Graduação, a qual este setor está vinculado.

Quanto às demais instituições em que os setores de arquivo não estão presentes na *internet*, acredita-se que a constatação de Moreno (2006, p. 95) justifique essa questão, quando afirma que “embora existam iniciativas já consolidadas e em consolidação, ainda é incipiente a gestão documental nos arquivos das universidades brasileiras”, e isso influencia no que infere Mariz (2012, p. 146) quando diz que “se os arquivos não estão organizados, não podem ser disponibilizados na sala de consulta nem tampouco na *internet*”.

Após a apresentação da investigação inicial acerca da utilização de *websites* na divulgação do patrimônio documental custodiado pelos setores de arquivo das universidades federais da região Sul do Brasil, a seguir, são apresentadas considerações finais sobre o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar o objetivo inicial da pesquisa, foi necessário construir a revisão de literatura que dialogasse com os objetivos do estudo e servisse de base para justificar a análise e discussão dos resultados da investigação.

Após essa etapa, com o intuito de verificar os primeiros

objetivos específicos, que eram mapear quais universidades federais da região Sul possuíam setores de arquivo e quais disponibilizavam informações sobre esses setores através de páginas *web*, realizou-se consulta via e-SIC junto às onze instituições federais de ensino superior localizadas na região Sul em pesquisa prévia na *internet*.

Dessa forma, constatou-se que após quinze anos da publicação das “Diretrizes gerais para construção de *websites* de instituições arquivísticas” e quatro anos da implantação da Lei de Acesso à Informação (LAI), ainda são poucos arquivos universitários que fazem uso de *sites* para disponibilizar informações sobre o setor na *internet*, uma vez que das onze instituições inicialmente identificadas pela pesquisa, e das nove que possuem setor de arquivo estruturado, apenas quatro atendem aos requisitos da investigação, sendo eles: Coordenadoria do Arquivo Central da UFSC, Departamento de Arquivo Geral da UFSM, Departamento de Gestão Documental da UFFS e Sistema de Arquivos da UFRGS (onde constam informações da Divisão de Documentação).

Em análise parcial por estados, percebe-se que no Paraná nenhuma das três instituições federais de ensino superior do estado disponibiliza informações dos setores de arquivo e de seus acervos através de páginas *web*. O estado de Santa Catarina aparece com duas instituições que possuem setores de arquivo com informações disponibilizadas *online*, e o estado do Rio Grande do Sul conta com duas instituições em que os setores de arquivo estão presentes na *internet* através de página *web* ou *site*.

Fato relevante, é que das onze instituições inicialmente investigadas, dez informaram possuir o cargo de arquivista na instituição e nove afirmaram possuir setores de arquivo para atender as demandas de gestão documental. Embora os setores de arquivo estejam consolidados nas universidades, com pessoal qualificado para gerir os documentos arquivísticos, constata-se que essa realidade ainda não é refletida na *internet*, pois poucos setores estão presentes no mundo virtual.

Essa realidade demonstra que ainda há grandes desafios a

serem vencidos, para que os setores de arquivo das universidades possam criar suas páginas *web*, como forma de aumentar as possibilidades de acesso aos serviços prestados e ao patrimônio documental dessas instituições.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberali. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BOSO, Augisa; *et al.* Importância do Arquivo Universitário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 123-131, jan./jun., 2007.

BRASIL. Lei nº. 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 11 set. 2015.

CAMPO, Eliandra. **Gestão da informação em arquivos universitários**: estudo da evasão no curso de História – UDESC. 2004. Trabalho de conclusão de curso (curso de biblioteconomia – gestão da informação) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CARVALHO, Wallace Pires de. **Arquivos universitários de instituições públicas de ensino superior no Rio de Janeiro**: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO. 2012. Dissertação (programa de pós-graduação em ciência da informação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DUTRA, Adelair de Mattos; PROVEDEL, Attilio; CORRÊA, Lucia Helena Miranda. Avaliação de *websites* de instituições

arquivísticas segundo as diretrizes do CONARQ para a **construção de *websites***. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ARQ-SP: SEDIC/PUC-SP, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAUX, Núbia Marta. **A divulgação dos arquivos públicos através de seus *websites***. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Faculdade de Biblioteconomia e Documentação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LEME, Edson José Holtz. **Universidade e arquivo: preservando a memória científica**. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0293.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na *internet*: Arquivos públicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARIZ, Anna Carla Almeida. Arquivos públicos brasileiros: análise da evolução da transferência da informação arquivística na *internet*. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2011.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região Sul do Brasil. **Rev. Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012a.

MENEZES, João Luiz. A segurança dos arquivos universitários e a missão institucional. **Rev. ÁGORA**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 61-87, 2012b.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no**

processo de tomada de decisão em organizações universitárias. 2006. Tese (programa de pós-graduação em ciência da informação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda. **Espaços informacionais virtuais:** a disponibilização dos instrumentos de descrição arquivística na *web*. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: AABA, 2012.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro; SILVEIRA, Celoi da. **Critérios para avaliação de conteúdos dos sites dos arquivos públicos estaduais do Brasil.** 2003. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_simposio_internacional.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Websites de instituições arquivísticas nacionais de tradição ibérica:** práticas participativas na *Web 2.0*. In: IV SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SECIN, Londrina, 2011. Disponível em: <www.uel.br/eventos/secin/ocs/index.php/secin2011/secin2011/.../37>. Acesso em: 10 mar. 2013.

PORTELLA, Viviane Portella de; PEREZ, Carlos Blaya. Práticas comunicacionais: difusão no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos diferentes meios de comunicação *online*. **Rev. Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 197-212, jan./jun. 2012.

POZZEBON, Flávia. **Difusão de informação e acessibilidade de arquivos:** um estudo dos sítios dos arquivos públicos da região Sul do Brasil. 2011. Monografia (curso de pós-graduação *lato-sensu* gestão em arquivos) Universidade Federal de Santa Maria, São João do Polêsine, 2011.

RUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na *web* centradas no usuário. 2005. Dissertação (programa de pós-graduação em saúde pública Sérgio Arouca) Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SÁ, Ivone Pereira de; SANTOS, Paula Xavier dos. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na *web* centradas no usuário. 2004. Disponível em: <www.icml9.org/program/track10/public/.../Ivone%20Sa-153241.doc> Acesso em: 10 mar. 2013.

SANTOS, Vilma Moreira dos. Arquivos universitários e arquivos em universidades: alguns aspectos da administração de arquivos nas universidades brasileiras. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG. BH**, v. 23, n. 1, p. 78-84, jan./jun. 1994.

SANTOS, Ana Maria dos. **Sistemas de gestão documental nas instituições de ensino superior da região Sul e Sudeste do Brasil**: análise das informações disponíveis nos *sites*. 2010. Trabalho de conclusão de curso (curso de biblioteconomia – gestão da informação) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SANTOS, Andrea Gonçalves dos; *et al.* **Proposta para desenvolvimento de um website para o arquivo geral da FURG**. In: IX MOSTRA DA PRODUÇÃO UNIVERSITÁRIA: 13º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO, Rio Grande, 2010.

SEFFRIN, Cássia; *et al.* **Gestão de documentos em arquivos universitários**: estudo de caso no arquivo central da FAED – UDESC. 2003. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/faed_congresso.pdf>. Acesso em: 21

ago. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat.

Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. atual. Florianópolis, UFSC, 2005. Disponível em:

<https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 17 maio 2015.

SILVA, Renato Motta Rodrigues da. Arquivos universitários: o processo de construção de políticas arquivísticas e redes de cooperação entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: AABA, 2012.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de Souza. **Arquivista, visibilidade profissional:** formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

STROHSCHOEN, Cristina. **Gestão arquivística em universidades comunitárias.** *In*: VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL. UFSC, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/64284>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

DISCLOSURE OF DOCUMENTARY HERITAGE OF UNIVERSITY ARCHIVES OF REGION SOUTH OF BRAZIL ON *WEBSITES*

Abstract: in the present work, are presented the preliminary results of a master research that has been developed in the Professional Graduate Program in Cultural Heritage of the Federal University of Santa Maria (PPGPPC / UFSM). The research aim to analyze the use of *websites* in publishing of the documentary heritage guarded by sectors of archives of federal universities in southern Brazil. Through the results obtained in the first phase of investigation, it can be stated that the sectors of archives are consolidated in universities, since most institutions have sectors of archives constituted, with archivists in their staffs to meet the demands of records management. However, even with this situation, still are few university archives that make use of *websites* to provide information about the institution and their collections on the *internet*, even after fifteen years of the publication of “Guidelines for building *websites* of archival institutions” and four years of implementation of the Access to Information Act (LAI). This demonstrates that there are still great challenges in implementing of *web* pages for sectors of archives of universities, which interferes in the possibility of expanding access to documentary heritage of these institutions.

Keywords: Cultural Heritage. Documentary Heritage. Archives; *Websites* of Archival Institutions. University Archives.

Originais recebidos em: 02/07/2015

Aceito para publicação em: 04/09/2015

Publicado em: 20/10/2015